

**A popularização do *art déco* curitibano na Rua Barão do Rio Branco e
seus arredores**

Regina Andrade Tirello

Professora Doutora, Unicamp, Brasil
rtirello@unicamp.br

Emanuel Gonçalves Aquino

Mestrando, Unicamp, Brasil.
e264170@dac.unicamp.br

RESUMO

Os temas de debate relativos à cultura da conservação de bens imóveis afirmados internacionalmente na segunda metade do século XX, quando se amplia exponencialmente o campo e os objetos da preservação, encontram interesse cada vez maior em examinar questões ainda em aberto do patrimônio cultural constituído pela chamada “construção menor” que conforma nossas cidades. Conceitos como ‘conservação integrada’, retornam à atualidade na perspectiva esperada de salvaguardar e valorizar os bens culturais tangíveis que, para além das categorias estéticas das obras monumentais, engendram considerável valor documental sobre a tecnologia, a cultura e a sociedade que os produziu. Trazendo reflexões sobre as valorações históricas que definiram o perímetro circunscrito pelo “Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba” implantado nos anos 1970, e notabilizado no país como experiência pioneira e modelar de preservação urbana, este artigo expõe parte de pesquisa de mestrado que se volta à identificação, documentação e análise de áreas do antigo centro cívico dessa cidade que reúne expressivo conjunto arquitetônico composto por edifícios comerciais e residenciais de orientação protomodernista / art déco. Tal acervo, não obstante corresponda a elementos testemunhais do processo de modernização de Curitiba, constituindo e legitimando sua paisagem cultural, ainda carece de inventário científico e documental para subsidiar projetos de conservação material e reuso adequados à sociedade contemporânea. Tomando como eixo de estudo referencial a Rua Barão do Rio Branco (antiga Rua da Liberdade) e seus arredores, este texto expõe também aspectos da metodologia de trabalho de levantamento cadastral adotada e resultados parciais dos procedimentos de “prospecção urbana”, considerada uma fase de análise imprescindível para a serialização dos objetos para estruturar processos sistemáticos de inventariação do patrimônio arquitetônico curitibano da primeira metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Inventário arquitetônico; patrimônio cultural urbano; *art déco* Curitiba

INTRODUÇÃO

Como em muitas outras capitais brasileiras, nas duas primeiras décadas do século XX a ideia de cidade vinculava-se à ideais de progresso, de embelezamento e melhorias da estrutura urbana com ações regulamentadas por códigos de postura, que em Curitiba, a capital do Paraná, se sucederam articuladas às muitas iniciativas de planejamento de sua área central, com historicidade inerente a cada iniciativa.

Do núcleo originário colonial, representado pela acanhada vila rural com construções de terra e madeira organizadas nos arredores do Largo da Matriz (atual Praça Tiradentes) com igreja implantada na segunda metade do século XVII, pelourinho e casa de câmara e cadeia, pouco restou. A partir de meados do século XIX, quando Curitiba ascende a capital da recém-criada Província do Paraná, a expansão, modernização e embelezamento da cidade passa a ser o principal objeto de interesse de seus governantes. Ao engenheiro francês Pierre Taulois é atribuída a primeira planta da cidade datada de 1857, a partir de quando foram realizados diversos projetos de retificação de ruas. Foi no final do século XIX e início do XX, com a riqueza propiciada pela erva mate, a chegada de imigrantes introdutores de novos materiais, formas e estética edilícia, afirmando padrões arquitetônicos europeus, que o Ecletismo em Curitiba se propõe como linguagem social, expressão de poder e de possibilidades tecnológicas modernas. À época foram erigidos diversos edifícios públicos, igrejas e palacetes com predomínio do vocabulário eclético historicista, considerados marcos representativos de sua prosperidade econômica. Ali, no dizer de Irã *Dudeque* “(...)o ecletismo foi amplamente acolhido [...] onde a apropriação de estilos de diferentes épocas evocava uma memória inexistente” (DUDEQUE, 1995:136).

O traçado da cidade no final do século XIX, com forte influência do urbanismo francês, com axialidade projetada para valorizar as visadas da Estação Ferroviária e da Rua da Liberdade (atual Barão de Rio Branco) (Figura 1), das praças e construções importantes, consolidou a

estrutura cívica da cidade e lhe conferiu particulares características. Os grandes edifícios e o casario eclético daquele período, por sua imponência e distância com o presente são os que ainda costumam ser legitimados no imaginário da população como representativos do patrimônio arquitetônico curitibano, e para os quais voltam-se as principais ações preservacionistas empreendidas na esfera municipal.

Figura 1: Festividades cívicas na região da Estação Ferroviária de Curitiba (Primeira metade do séc XX).



Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC), 2021.

Foram muitas as inovações, e tanto quanto suas notáveis experiências urbanísticas operadas na capital do Paraná, a cidade é conhecida pela diversidade do acervo arquitetônico de interesse histórico e cultural presente em seu centro histórico tombado, tido como um cartão postal da cidade.

Entre os anos de 1920 e 1950 consolidaram-se legislações específicas para melhorias da infraestrutura urbana, incentivando o processo de verticalização da região central, trazendo novos paradigmas estéticos para a arquitetura, a exemplo das edificações protomodernas e *art déco*, que se misturavam com as construções de orientação eclética transformando os antigos logradouros. Neste arco de tempo verificou-se intensa produção arquitetônica, que para além dos edifícios públicos altos, de caráter monumental, significaram uma expressão de modernidade acessível às diversas classes sociais. Contudo, construções fabris, comerciais e residenciais com composição volumétrica simplificada, com formas geométricas caracterizadoras do repertório *art déco* com particulares releituras locais, apesar de terem deixados marcas por toda a cidade não vem sendo adequadamente conservadas nem protegidas por legislação específica que promovam sua valorização.

São conhecidas as discussões sobre a sistemática de patrimonialização da área central da capital paranaense quanto a efetividade da representação memorial e coerência dos critérios formais e historiográficos que balizaram a seleção dos edifícios de interesse cultural a preservar. A classificação resultante do arrolamento e inventariação dos bens imóveis a serem conservados é considerada por muitos pesquisadores do tema insuficiente para dar conta da estratificação temporal da arquitetura histórica da cidade e da cultura da sociedade que a produziu.

Marcelo Saldanha Sutil, estudioso da arquitetura curitibana, afirma que “a modernidade que se quer guardar em Curitiba [...] pulou esses anos e caiu diretamente na década de 1950”, explicitando enorme lacuna do inventário documental do patrimônio edificado da cidade realizado na década de 1970 e a parcialidade da seleção de qual período da história manter para os pósteros, uma vez que a mesma legislação que protege “o eclético e o moderno deixa o *déco* e suas variantes desaparecer” (SUTIL, 2011, pág. 45). É com a ampliação dessas reflexões que este artigo tenciona contribuir.

A “exclusão documental” das edificações funcionais de orientação protomodernista /art déco da área central de Curitiba também tem sua história.

A regulamentação de políticas públicas para a proteção do centro antigo da capital paranaense difere dos procedimentos valorativos do patrimônio edificado de outros estados da federação, tendo sido pautado prioritariamente pelo processo de planejamento urbano.

Valorizar a arquitetura do passado, entre outras conhecidas iniciativas de caráter fiscal, correspondeu a circunscrição perimetral de um núcleo histórico modelar definido pelo “Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba”, que a partir da seleção de padrões específicos de edificações antigas, propôs-se no decurso da década de 1970 como exemplo inovador de preservação urbana nacional, como será tratado em sessão posterior deste artigo.

A pretensa coesão do conjunto histórico edificado (e legalmente protegido) na área central de Curitiba foi conformada a partir das possibilidades determinadas pelos diversos planos urbanísticos elaborados na segunda metade do século XX, com aberturas de suas radiais e das tantas demolições delas decorrentes. Com esses planos contribuíram os arquitetos Jorge Wilhelm, Jaime Lerner, Cyro Corrêa Lyra e, principalmente, os urbanistas do “Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba” (IPPUC), consolidando a gradativa implantação do Setor Histórico (ST) entre os anos de 1971 e 1983, nas gestões de Jaime Lerner a frente da prefeitura da cidade. Em consonância com as decisões políticas e econômicas do período, voltadas prioritariamente às estratégias de *city marketing* para dinamização da economia do município, houve decisivamente prevalência das questões viárias na determinação do perímetro histórico demarcado pelo ST. Muita história arquitetônica ficou de fora.

A pioneira proposta de pedestrialização dos logradouros centrais, propositalmente conjugada à recuperação de preexistências arquitetônicas eleitas como relevantes para evocar uma história construída linear do local, propunha-se à introdução de novos usos da área central que estimulassem o lazer, a cultura e o turismo. O lastro no passado arquitetônico prestou-se à construção da identidade urbana da “cidade modelo” que tencionavam repercutir como método exemplar; pouca atenção foi dada às questões relacionadas a critérios, procedimentos técnicos de conservação material e procedimentos de tutela desses mesmos bens. Assim, o famoso Calçadão da Rua XV de Novembro (a Rua das Flores), com seu anacronismo fachadista condicionando a proteção do até então chamado “Centro Antigo” como patrimônio cultural, ou seja, afirmou o ST como polo turístico e de lazer e a Rua XV de Novembro como projeto urbanístico tombado pelo Estado do Paraná (Figura 2).

Figura 2: Intervenção na Rua XV de Novembro (1977) e perspectiva atual com alteração de mobiliário.



Fonte: ACERVO FOTOGRÁFICO RUA XV DE NOVEMBRO ARQUIVO ARQUITETURA UTFPR, 2021.

Atualmente, não obstante o alargamento do conceito de valor cultural que nos últimos decênios vem mobilizando abordagens teóricas do campo da história social - com especial

atenção às instâncias imateriais, educativas e participativas que concorrem para o reconhecimento e a sustentabilidade da herança cultural dos povos - o Setor Histórico mantém (e propaga) os mesmos parâmetros funcionais e tipológicos para conduzir iniciativas de reuso e preservação física do patrimônio histórico edificado da cidade.

No que refere à seleção de tipologias arquitetônicas associadas à linguagem *art déco*, os raros exemplares protegidos institucionalmente correspondem a edificações de grande porte, de características monumentais. Mencionam-se o edifício sede do Clube Curitibano (1950), obra dos arquitetos Luiz Forte Netto, Roberto Gandolfi e Vicente de Castro tombado pelo município, catalogado e reconhecido pelo Núcleo DOCOCOMO Paraná como exemplo de expressão *art déco* a ser preservado.

Mas e quanto as demais tipologias que representam esta vertente disseminadas na cidade entre os anos 1930 e 1950?

O expressivo número e qualidade dos edifícios não monumentais erigidos na capital paranaense entre esses anos, do modo que se articulam em sua zona central, constituem-se em incontestáveis elementos identitários do processo de modernização da cidade, expressando legítimo valor cultural ao dar a conhecer, fisicamente, a paisagem urbana e os fazeres de Curitiba da primeira metade do século XX.

Com base nesses pressupostos, esta pesquisa em curso volta-se à valorização do patrimônio cultural curitibano do século XX, entendendo por valorização a qualificação do uso, da conservação material e do melhor conhecimento das expressões protomodernistas de seu acervo construído, que engendram inovação estética e operatividade singular, e que ainda não integram adequadamente a historiografia arquitetônica do Paraná. Com este objetivo propõe-se a identificação, documentação fotográfica e registro gráfico criterioso dos muitos conjuntos de edifícios comerciais e residenciais da Rua Barão do Rio Branco e seus arredores. Para além do reconhecimento superficial, visa-se contribuir com aprofundamento de estudos da produção arquitetônica do período, e com sua preservação física para suscitar propostas de reuso qualificadas.

1. QUESTÕES SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA

“A mesma legislação que protege o eclético e o moderno deixa o déco e suas variantes desaparecer. Não se preserva aquilo que não se tem memória e, para existir memória é necessário, primeiramente, conhecer para então se apropriar. Para se apropriar é preciso ter identificação e o círculo prossegue.”

Marcelo Saldanha Sútil (2010)

A primeira referência declaratória noticiada sobre ações em centros históricos relacionada à Curitiba consta no Decreto n. 81 de 10 de julho de 1948¹ da administração pública, com definições preliminares sobre o que se considerava patrimônio cultural. No Código de Posturas de 1953 identificam-se ações para a constituição de uma comissão de estudo dos bens de valor histórico, mas é no Plano Diretor de Curitiba de 1965 com a publicação da Lei Municipal n. 2.828, de 1966, que as discussões sobre preservação do centro histórico da cidade se consubstanciam.

As bases decisórias da preservação do patrimônio edificado de Curitiba ocorreram a partir do reconhecimento basilar do acervo construído de potencial interesse histórico, com pré

¹ Provimentos e determinações acessados a partir da página *pergamum* da prefeitura - Decreto n. 81 de 10 de julho. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/vinculos/000071/00007195.pdf>

organização das universidades, e desenvolvido para nortear as políticas públicas de preservação da cidade, sob a gestão do urbanista Jaime Lerner (1937-2021), então seu prefeito. Segundo Jeferson Dantas Navolar, a listagem do patrimônio arquitetônico curitibano ocorreu em 1977 “[...] coordenado pelo arquiteto Cyro Correa de Oliveira Lyra, que reuniu uma numerosa equipe de alunos de arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (NAVOLAR: 2011, p. 63). Este arrolamento dos imóveis constitui-se em parte importante do ‘Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba’, que se propunha como diretriz norteadora outros municípios integrantes da Região.

Os anos 1970 e a definição do Setor Histórico (SH)

Foi o Plano Wilhein-IPPUC (1966) que propôs a criação de um Setor Histórico. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) corresponde a uma autarquia municipal criada em 1965, no processo do “Plano Preliminar de Urbanismo da Cidade de Curitiba” para desenvolver, detalhar e monitorar a implantação do Plano Diretor da cidade. É um órgão que conta com um corpo profissional responsável pelos levantamentos, monitoramento e projeto de intervenção no patrimônio arquitetônico tombado na esfera Municipal.

O plano que estabeleceu critérios para a demarcação do “Setor Histórico” (SH) de Curitiba que interliga o desenvolvimento urbano e o patrimônio histórico na cidade (Decreto Municipal N. 1160/1971), foi elaborado pelo arquiteto Cyro Correa Lyra, com ativa participação do urbanista e prefeito Jaime Lerner, que contou com contribuições do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor de 1965.

“Naqueles anos nós pensamos e operamos a transformação de Curitiba em três grandes linhas. Talvez a mudança mais lembrada daquela época seja a reestruturação física da cidade, que implicou em uma verdadeira cirurgia urbana, com mudanças radicais no sistema viário, no transporte coletivo, no uso do solo e no conceito ambiental que permeou todo o planejamento, numa atitude até então pioneira. A segunda grande linha foi a transformação cultural da cidade [...]. Ponta fundamental do tripé foi a implantação da cidade industrial, que deu sustentação econômica para a nova Curitiba que se consolidou a partir de então.” (IPPUC, 1989/1990, p.21)

Apoiado pelo “Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba” (PPAC RMC), elaborado em 1977, teve-se como objetivo a estruturação de política de salvaguarda de bens culturais para 14 municípios integrantes da Região; uma ação que implicou em extenso arrolamento de centenas de bens.

Esse Plano inicial, realizado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), previa duas etapas:

1. Realização de um “Inventário Analítico do Patrimônio Cultural”, que resultou no arrolamento sumário de um total de 796 bens, sendo 248 na cidade de Curitiba. Registrados em fichas sumárias, os bens arrolados não contavam com desenhos cadastrais, imagens e maiores informações históricas (Figura 3) que propiciassem maiores conhecimentos de suas características. No relatório final, no item “Critérios” consta que o processo de inventário deu

especial atenção a exemplares relacionados aos “ciclos de mineração e tropeirismo, do mate, da madeira e da imigração” (COMEC, 1977, p.7).

2. “Diretrizes para preservação do patrimônio cultural”, considerada uma etapa posterior para esboço das diretrizes globais de proteção e revitalização do acervo, com previsão de conjunto de medidas específicas para núcleos urbanos, unidades arquitetônicas e coleções de bens móveis de maior importância.

Figura 3: Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba (PPAC RMC)

Município	nº de unidades catalogadas	quilômetros percorrida	PLANO DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA										ref.
			IPANDES/COMEC										
			arquitetos: cyro corbê de almeida lyra, joel la pastina filho, jair almeida pires, maria lucia vianna baiffilaborges										
			situação										
			características										
			estado de conservação										
			estrutura		cobertura		interior		condições higiénicas		grau de importância		
			A	B	C	A	B	C	A	B	C	1	
			intervenção necessária										
			dados complementares										
			pesquisa histórica										
			pesquisa arquitetônica										
			data										

Fontes: COMEC-PPAC (RMC),1977

Conforme consta nos documentos oficiais da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), no Plano preliminar adotou-se como critério para a seleção dos imóveis uma classificação histórica temporal referenciada naquela proposta pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em seus primórdios. Tais ciclos econômicos e marcos culturais terminaram moldando a ideia de arquitetura histórica local ao enfatizar a seleção de construções do século XIX. Integraram a primeira leva de obras a proteger, bens imóveis organizados em três categorias de referência (Plano de Preservação (1977, p. 30), a saber:

Categoria A: “Obras de características excepcionais, segundo critérios semelhantes aos ditados pela legislação de Proteção do Patrimônio Brasileiro, incluídas aí as obras de valor histórico e de valor artístico”;

Categoria B: “Obras de valor documental, que mesmo não possuindo qualidades excepcionais com valor para leitura do conjunto”;

Categoria C: “Obras desprovidas de qualidades plásticas e de significado histórico ou documental”.

Cumprir destacar que antes deste Plano existiram outras ações de proteção de bens arquitetônicos que delimitaram um “Centro Histórico” em Curitiba, constituído pelos seus edifícios mais antigos selecionados anteriormente com base em legislação estadual do Paraná. Assim, considerando as informações extraídas do Plano Diretor de 1965 e do Plano de Preservação de 1977 (Figura 4), pode-se classificar, grosso modo, em quatro “Fases” distintas os processos de tombamento (proteção legal) das edificações curitibanas que se somam para constituir o atual Setor Histórico (SH).

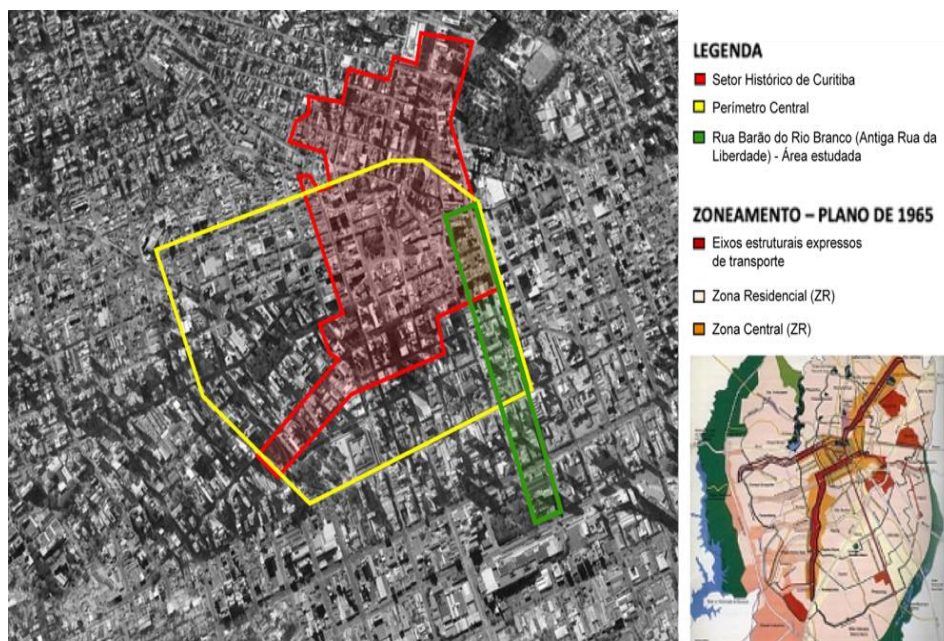
A “Primeira Fase”, alinha-se com as premissas federais do IPHAN estabelecidas em 1937- os bens históricos excepcionais. Envolveu a proteção legal do Paço Municipal, o primeiro monumento tombado por sua importância paisagística e urbana em 1966; da Igreja da Ordem

de São Francisco, construída em 1880, que corresponde a uma das construções mais antigas da cidade; das Ruínas de São Francisco e do Belvedere (1911), tombados em 1966, e a Casa Romário Martins, tombada em 1971, que é do século XVIII, uma representante destacada dos primórdios da Província (Figura 5: imagens a, b, c, d).

A “Segunda Fase” de tombamentos, correspondeu a unidades arquitetônicas que compõem conjuntos urbanos previstos Plano Diretor de 1965. Seguiu sistemática de seleção que iria se consolidar em 1974 com o tombamento da paisagem urbana da Rua XV de Novembro – considerada a primeira experiência nacional de pedestrialização de ruas centrais de Curitiba.

Na “Terceira Fase”, em 1977, foram priorizadas edificações institucionais e de administração pública, a exemplo do Antigo Palácio do Governo do Paraná e da Estação Ferroviária (Figuras 5: imagens f, g). A “Quarta Fase” ocorre a partir dos anos 1980, e contempla os primeiros tombamentos das grandes obras arquitetônicas com influências modernas, iniciada com o tombamento do Colégio Estadual do Paraná e do conjunto de edifícios da Reitoria da Universidade Federal do Paraná - UFPR. (Figura 5: imagens h, i).

Figura 4: A área de delimitação do Setor Histórico de Curitiba nos 1970. Acima, à esquerda: Setor histórico, Bairro Centro e Rua Barão do Rio Branco; à direita, o Plano Diretor de 1965. Abaixo: Mapas Bairro Centro e marcação da Rua Barão do Rio Branco em amarelo.



Fonte: ACERVO FOTOGRÁFICO RUA XV DE NOVEMBRO ARQUIVO ARQUITETURA UTFPR, 2021.

Figura 5: Exemplos de edifícios correspondentes as primeiras séries de tombamentos em Curitiba: a) Romário Martins (séc. XVIII); b) Ruínas de São Francisco (1811); c) Igreja da Ordem do São Francisco (1880); d) Paço Municipal (1916); e) Rua XV de Novembro (1972); f) Estação Ferroviária (1913); g) Palácio do Governo (1880); h) Colégio Estadual do Paraná (1950); i) Reitoria da Universidade Federal do Paraná (1956/1958).



Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC) E ARQUIVO MUNICIPAL, 2021.

E o acervo arquitetônico moderno?

As medidas preservacionistas decorrentes da política municipal de preservação da cidade correspondem a conhecida criação de incentivos construtivos e fiscais para os proprietários das unidades históricas, tendo logrado sucesso na empreitada. O estabelecimento das “Unidades de Interesse de Preservação” (UIPs), ao possibilitar interfaces com a iniciativa privada, permitiu ao poder público manter um bom número de edifícios razoavelmente conservados e com amplas possibilidades de uso (GNOATO 2003, p.3); uma iniciativa que mais recentemente se estendeu à arquitetura moderna.

Os exemplares modernos institucionais protegidos com tombamento municipal desde 1974 correspondem em sua maior parte a edifícios de grande porte, considerados mais importantes para a cidade. Contudo, passadas décadas das primeiras iniciativas residências e outras construções modernas menores, mais anônimas, permaneciam à margem dos incentivos fiscais da municipalidade com grandes prejuízos à sua integridade; muitas foram demolidas e/ou descaracterizadas de forma irreversível.

Nos anos 1990 as ações de proteção ainda privilegiavam aqueles erigidos a partir de 1950, predominando a visão restritiva de valorizar o monumento singular. Após uma série de demolições arbitrárias do acervo residencial do arquiteto modernista paranaense Lolo Cornelsen (1922-2020), foi organizada uma importante manifestação pública em evento de 1998, organizado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que resultou no “Manifesto pela Conservação dos Patrimônios Arquitetônicos Modernos”, considerado um marco divisor na mudança de mentalidade em relação a necessidade conservar e tutelar um número maior e mais diversificado de exemplares da arquitetura moderna curitibana.

A partir de então, no início de 2000 o IPPUC tomou a iniciativa de criar um “Grupo de Estudos da Preservação da Arquitetura Moderna em Curitiba”, constituído por representantes das Universidades, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC), da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural (CAPCC) e entidades de classe.

Composto o grupo, foi organizado no mesmo ano o “1º Simpósio sobre Arquitetura Moderna de Curitiba” que propõe revisões conceituais para definição e estabelecimento de critérios para a preservação física do acervo da Arquitetura Moderna curitibana. Na ocasião foi

proposta uma periodização referencial para agrupamento primordial das obras, criando-se 150 Unidades de Preservação de Arquitetura Moderna, tomando como referência as Unidades de Interesse de Preservação (UIPs) tradicionais, a saber: Grupo I: Obras do Centenário e Edifícios Públicos; Grupo II: Habitações Unifamiliares; Grupo III: Habitações Coletivas Transitórias; Grupo IV: Edifícios de Uso Administrativo e Comercial; Grupo V: Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer.

Tais categorias já eram adotadas pelo Núcleo DOCOMOMO (Documentação e Conservação dos edifícios, sítios e bairros do Movimento Moderno) paranaense, fixando-se neste novo estudo como limite temporal o intervalo entre 1930 e 1965, que se inicia com a execução da Residência Frederico Kirchgässner (1930), e se encerra com as discussões do Plano Serete-IPPUC em 1965, permanecendo fora dessas indicações estudos referentes ao *art déco* da cidade.

2. E O PROTOMODERNISMO / ART DÉCO CURITIBANO SEGUE DESVALORIZADO...

Segundo Marcelo Sutil, nas pesquisas sobre patrimônio moderno predominam o recorte temporal a partir da década de 1950, como nas escolas Carioca e Paulista. Entretanto, pouco se fala e pouco se pesquisa sobre a produção *art déco*, que muitas vezes só são notadas quando “quarteirões inteiros de conjuntos de sobrados e residências isoladas são varridos dos olhares, edifícios são alterados sem constrangimento” (SUTIL, 2010, p. 45).

A insipiência das pesquisas acerca do patrimônio protomoderno / *art déco* em Curitiba tem trazido graves consequências para a preservação na memória urbana da primeira metade do século XX. Estes edifícios não só não estão sendo restaurados. Ou estão abandonados, ou estão passando por alterações que mudam suas formas, ou foram destruídos ou estão em perigo de serem destruídos (Figura 6). Esse é um problema que ocorre, surpreendentemente, com menor frequência com as preexistências de orientação eclética, mais facilmente percebidas e assimiladas como patrimônio arquitetônico memorial. Trata-se de uma expressão arquitetônica que segue pouco contemplada pelas pesquisas acadêmicas e órgãos de preservação, não obstante a diversidade do vocabulário formal, estético e cultural que encera.

Figura 06: Estado de conservação, apropriações e vivências das obras *art déco*



Fonte: FOTOGRAFIAS ELABORADAS PELOS AUTORES, 2021

Correspondentes a grande produção da arquitetura anônima das cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX, quando as fachadas vão se liberando dos ornatos e a serialização passa a representar avanços nas maneiras de construir, as edificações protomodernas/ *art déco* costumam ser genericamente catalogadas como modernas, apesar de seus vínculos fundantes com elementos de linguagem da Escola de Chicago, do Expressionismo e Futurismo. Associam-se a uma série de manifestações artísticas originadas na Europa nos anos 1920, e a partir da *Exposition internationale des Arts décoratifs et industriels modernes* de Paris, em 1925 difunde-se amplamente. Um dos aspectos peculiares do *art déco* está na sua ambiguidade entre o ecletismo e as primeiras articulações de um vocabulário moderno.

Alguns autores sustentam que foi a partir da década de 1980 que passou a crescer no Brasil o interesse por essa “particular modernidade,” com estudos que buscavam distinguir suas características marcantes, suas influências estilísticas, avaliando-se paralelamente a causa da recusa e desprestígio dessas arquiteturas anônimas, tão presentes em nossas cidades. “*Luís Paulo Conde, um dos primeiros a dar voz ao art déco no Brasil com a publicação sobre a produção no município do Rio de Janeiro, em 1996, disseminava, na década anterior, o uso do termo protomodernismo na área acadêmica*” (FARIA&TINEM, 2019). A expressão reporta a uma produção que precede a arquitetura moderna preconizada por Le Corbusier, e que, em consequência, traz a contradição de ter sido construído antes da arquitetura moderna, não sendo em consequência, moderna.

A primeira área estudada por Conde foi o bairro de Copacabana no Rio de Janeiro, uma pesquisa pioneira que documenta edifícios “anônimos” na versão da historiografia desenvolvida até aquele momento. Avalia nessas construções cariocas a capacidade da conformação de conjuntos expressivos com predominância da simetria axial, frontalidade, composição tripartida na vertical, tendência à abstração e simplificação, ausência de ornamentação figurativa. É uma arquitetura que não se identifica com uma corrente hegemônica produzida por arquitetos que adotam como paradigma os princípios do Movimento Moderno.

Sem aprofundar aqui questões pertinentes ao debate acerca da tectônica e dos vínculos estilísticos do vocabulário *art déco* da arquitetura produzida no segundo quartel do Século XX no Brasil - período que corresponde a busca de uma identidade nacional -, as rápidas transformações relacionadas à expansão industrial tiveram respostas diretas no plano arquitetônico e urbanístico na capital paranaense. A modernidade arquitetônica em Curitiba também se fez presente a partir da década de 1930, nos edifícios institucionais, uma influência simbólica e modelar que segundo Luiz Augusto Souza Netto Bacocchini, corroboraram a disseminação da linguagem na cidade.

“(...)nas décadas seguintes se espalharam pela cidade exemplares anônimos com influências racionalistas e art déco – caracterizando um conjunto protomoderno com influências diversas. A partir do grupo do Paraná (expoente modernista brasileira no estado, sobre da Escola Paulista), as instituições públicas passam a ser mais influenciadas por esta nova tendência estética. Inicia-se também uma estigmatização de outras variantes modernas” (BACOCCHINI, 2011, p. 67).

Esse fenômeno em Curitiba se expressa com clareza no conjunto de grandes edifícios *art déco* / protomoderno tombados correspondentes a seleção do Núcleo DOCOMOMO-Paraná, exemplificados parcialmente pelas construções institucionais correspondentes as imagens da Figura 7.

Figura 7: Os exemplares monumentais protegidos do *art déco* curitibano a - b) Escola de Aprendizes Artífices (1934); c) Colégio Estadual do Paraná (1943); d) Correios e Telégrafos (1934); e) Instituto de Ciências Agrárias f) Fachada edifício Agrárias (1935).



Fonte: DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UTFPR CURITIBA. (DEDHIS UTFPR), 2021

O edifício sede da Agência Central de Correios e Telégrafos de Curitiba (Figura 7d), construído em 1934, é a primeira construção institucional a apresentar influências *art déco*. A obra se destaca em relação ao conjunto eclético do entorno, com os traços geométricos marcantes ressaltando as entradas e ausência de ornamentos figurativos. A fachada voltada para a Rua XV de Novembro (em estudo nesta pesquisa) é tombada como patrimônio histórico do Estado do Paraná, desde 1974. Um outro expoente institucional é o Setor de Ciências Agrárias da Universidade do Paraná (UFPR) (Figura 7e), tradicional instituto de pesquisa do Paraná, construído em 1935 adotando pó de pedra no revestimento. Esta particularidade dos edifícios construídos entre 1930 e 1940 costuma ser uma ser referido como “arquitetura pó de pedra” (KEY:1982, p. 93), que corresponde a fragmentos de mica provenientes do britamento de pedras.

Projetada em 1937 pelo arquiteto Francisco Basile, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná - atual Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Figura 7b) foi executada pela Companhia Construtora Nacional para atender a novas regulamentações de funcionamento da educação técnica, para capacitação profissional para a indústria. Após a construção da nova sede, transformou-se no Liceu Industrial do Paraná, a exemplo de congêneres em outras capitais do Brasil na Era Vargas. Possui aproximadamente 20.000 m² de área construída, 56 salas de aula, salão nobre, auditório, biblioteca e complexo esportivo. Este edifício teve o seu valor arquitetônico reconhecido pelo tombamento estadual em 1994 (LEITE, 2010, P.26).

3. A POPULARIZAÇÃO DA LINGUAGEM ARTE DECO NA RUA BARÃO DE RIO BRANCO E SEUS ARREDORES

Esta pesquisa de mestrado em desenvolvimento, visando a valorização da arquitetura art déco disseminada na cidade de Curitiba prioriza o estudo de diferentes tipologias de edifícios construídos entre 1930-1950 presentes na Rua Barão do Rio Branco (antiga Rua da Liberdade) - o antigo centro cívico de Curitiba e seus arredores. O local corresponde a importante eixo da área central da cidade que tangencia, mas não integra, o perímetro circunscrito pelo “Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba”. A Rua Barão do Rio Branco, tem a particularidade de não ter sido pedestrializada e nem afetada pelos alargamentos de vias decorrentes dos diversos planos urbanísticos que se sobrepuseram na capital paranaense.

A área em causa ainda mantém as características arquitetônicas distintivas da evolução da cidade do século XIX até meados do século XX, representadas neste logradouro por edificações ferroviárias, prédios ecléticos historicistas e por conjuntos expressivos de construções protomodernistas / *art déco*, reunindo prédios comerciais e residenciais. Contudo, apesar desta zona conjugar vida cultural dinâmica e socialmente diversificada, e contar com acervo arquitetônico representativo da afirmação da modernidade na paisagem curitibana, como já mencionado, essa expressão arquitetônica “de transição” ainda permanece a margem das políticas oficiais de preservação. Em algumas quadras, das construções dos anos 1930-1950, só restam as paredes frontais, mantidas por escoramento para compor fachadismo.

Visando ao reconhecimento e valorização de exemplares *art déco* de menor porte, esta pesquisa objetiva a realização inventário científico de identificação que contemple efetivamente estudos de aspectos técnicos, formais e construtivos desses bens. Face à escassez de informações imagísticas e documentais específicas sobre a arquitetura deste período a metodologia de estudo adotada nesta pesquisa prestigia o processo inicial de trabalho a “prospecção urbana” - entendida como um ato de sondagem e identificação preliminares dos objetos de interesse em campo. A prospecção é considerada uma fase de análise direta, *in situ*, imprescindível para estabelecer a serialização tipológica e temporal dos objetos, fase estruturante dos processos sistemáticos de inventariação arquitetônica com vistas a conservação e tutela de bens culturais.

A Rua Barão de Rio Branco (antiga Rua da Liberdade), se inicia na Estação Ferroviária de Curitiba (1885) e termina no Paço Municipal, e até 1903 correspondeu a um dos mais importantes eixos de desenvolvimento urbano da cidade, constituindo seu centro cívico e comercial.

Os exemplares protomodernistas / *art déco* do período 1930-1950, construídos no alinhamento da rua, com suas esquinas arredondadas, balcões em balanço, frontões de linhas geométricas, óculos, gradis ornamentais os conjuntos de interesse para esta pesquisa compõem uma paisagem urbana característica que evidencia o segundo impulso de modernização da cidade na primeira metade do Século XX.

Atualmente a vocação comercial da antiga Rua da Liberdade permanece conjugada a uma dinâmica popular de usos, que além de comércio variado inclui habitação residencial de baixo custo e pequenos hotéis. Cumpre destacar que em muitos trechos deste logradouro o mal estado de conservação dos edifícios (alguns tem só fachada para compor conjunto) vem corroborando processo crescente de desvalorização da área, solicitando urgentes iniciativas de reabilitação predial e urbana, sem prejuízos à diversidade social e cultural que a Rua Barão ainda acolhe.

A metodologia inventariação adotada nesta pesquisa contempla três etapas interdependentes, das quais os desenhos constantes na Figura 8 exemplifica produtos correspondentes a segunda etapa de desenvolvimento dos trabalhos:

Primeira Etapa: Revisão da literatura; pesquisa da iconografia e cartografia histórica; avaliação morfológica e tipológica do lugar; estudo de aspectos socioeconômicos; recolha de dados sobre o processo de proteção institucional e avaliações dos usos, entre outros aspectos correspondentes a constituição da ambiência urbana antiga e atual.

Segunda Etapa: Inspeções *in situ* para exames preliminares do estado de conservação; realização mosaicos fotográficos (restituição fotogramétrica) das testadas de quadra associadas à análise de material cartográfico disponível em arquivos públicos digitais. Elaboração de fichas especiais de inventário urbano e arquitetônico dos trechos/áreas selecionadas.

Terceira Etapa: Compatibilização e discussão dos dados.

Na etapa em desenvolvimento foram estabelecidos parâmetros de leitura e registro da variabilidade arquitetônica (do eclético ao contemporâneo) e conservativa das quadras dos logradouros estudados. Para propiciar leitura de sua estratificação temporal-arquitetônica fixou-se uma setorização indicativa que corresponde a setorização em quatro (4) trechos (Figura 8).

Esse procedimento além de possibilitar o registro fidedigno da diversidade tipológica das construções, cujos agrupamento analisados a luz de cartografia histórica traz novos nexos acerca de dinâmicas pretéritas da área em estudo, faculta a avaliação da qualidade /profundidade das alterações ocorridas ao longo dos anos. A setorização por agrupamento de quadras, indicadas por “trechos” atende aos seguintes parâmetros:

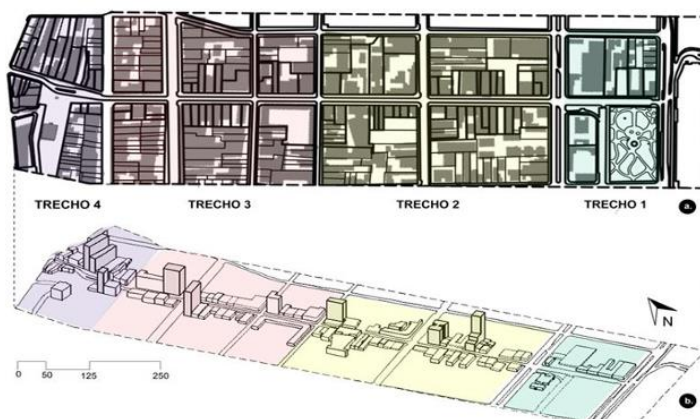
Trecho 1: Final Século XIX e início do Século XX: Na extremidade do Largo da Estação, ainda que alteradas em relação ao seu estado originário, permanecem a praça, as construções assobradadas que acolhiam residências, comércio geral e hotéis, outrora destinados a hospedagem de imigrantes. O mais antigo deles, o Hotel Roma (1890), que hoje funciona como hostel, é protegido com tombamento municipal (1976) e, como outras construções no seu entorno foi objeto de restauração descaracterizantes; uma casuística comum a diversos edifícios neste trecho.

Trechos 2 e 3: Prevalência de construções do segundo quartel do século XX. Nestes trechos intermediários da Rua Barão de Rio Branco localizam-se inúmeros exemplares de construções protomodernistas/*art déco* que, salvo exceções, em sua maioria representam-se por edifícios de dois/três andares que conjugam comércio e residência.

Trecho 4: Mais próximo do Setor Histórico oficialmente demarcado. Constitui-se em área mista com edificações antigas e recentes, com predomínio de usos culturais. Predominam modificações nem sempre respeitadas aos edifícios antigos intervencionados.

Para viabilizar o reconhecimento qualitativo e quantitativo da produção arquitetônica associada ao período de interesse da pesquisa na Rua Barão de Rio Branco e vizinhança imediata, ocorre o agrupamento de muito dados dispersos e não organizados. Assim, em apoio ao processo de levantamento de campo, iniciado com composição dos mosaicos fotográficos das testadas de quadra (Figuras 8) foi elaborado um especial sistema de fichamento para Inventário, que toma como base de referência organizacional o Sistema Integrado de Gestão do IPHAN (SIG-IPHAN). As informações gráficas, fotográficas e informacionais devem subsidiar tanta avaliação das estratégias de gestão de áreas protegidas, normatizações institucionais, conduzindo a diagnósticos vários, como também à avaliação dos imóveis individuais. Para integração de informações específicas associadas ao lote arquitetônico tratado, estão previstas alterações nos campos de preenchimento do modelo base para atender as especificidades locais.

Figura 8: Amostragem de sistemática de inventariação que integra os estudos iniciais de prospecção urbana para identificação da tipologia e estado de conservação das edificações de interesse da Rua Barão do Rio Branco: a) Setorização de trechos do logradouro para análise dos exemplares existe entre final do século XIX até os anos 1950; b) Perspectiva isométrica da rua e setores; c) Mosaicos fotográficos do setor 4; d) Mapas indicativos de visada do trecho ao qual se relacionam as testadas registradas.



Fonte: MAPEAMENTO BASE IPPUC; ACERVO BARÃO-RIACHUELO ARQUIVO ARQUITETURA UTFPR E MOSAICOS FOTOGRÁFICOS ELABORADOS PELOS AUTORES, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Documentar é ato efetivo de preservação. Nesta perspectiva, face à escassez de informações específicas sobre os exemplares menores da arquitetura protomodernista/ *art déco* curitibana, como já mencionado esta pesquisa elege e prestigia levantamentos de campo, o estudo direto dos bens e da cidade em que se inserem. Um método que extrapola a identificação tipológica e compreensão da materialidade da obra para indicar também diretrizes de tutela patrimonial consoante com os valores memoriais e necessidades contemporâneas da comunidade.

No que tange ao maior conhecimento da história arquitetônica do lugar, espera-se reunir e produzir documentação propiciadora de interpretações que corrobore melhor leitura da área estudada, possibilitando assim novos nexos e interpretação dos fenômenos relacionados as mudanças da paisagem cultural ocorridas no tempo; um produto que se oferece à múltiplas reflexões sobre os valores materiais e imateriais do centro de Curitiba.

Com a futura publicização dos registros e levantamentos que resultarão desta pesquisa tenciona-se contribuir tanto com a valorização de um acervo importante para patrimônio urbanístico e edílico da capital paranaense, como com o desenvolvimento de futuras pesquisas no campo da História da Arquitetura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACOCINI, L. A. S. N. **Percursos da arquitetura: arquitetura em Curitiba 1721-1962**. Curitiba: InVerso, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Decreto 1.547/1979 que “cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação**. Curitiba, 1979 <<https://leismunicipais.com.br>>.

CONDE, L. P; NOGUEIRA, Mauro; ALMADA, Mauro & SOUZA, Eleonora F. **Protomodernismo em Copacabana: uma arquitetura que não está nos livros**. Arquitetura Revista. n. 3. Rio de Janeiro, 1985.

COMEC. **Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba**. 1977 Disponível em http://www.comec.pr.gov.br/sites/comec/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/ppac-3criterioavaliacao.pdf> Acesso em 19 mai. 2020.

DUDEQUE, I. J. T. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

FARIAS, F; TINEM, N. **As expressões da modernidade no brasil: o lugar do art déco História e Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo Modernos no Brasil**. In: Anais do 13º Seminário Docomomo_Brasil .Salvador, Bahia, 2019 Disponível em: <<https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2020/04/118674.pdf>>. Acesso em 19 mai. 2021.

FUÃO, F. F. **O que é o protomodernismo, proracionalismo e o art déco?** In: “O Expressionismo no Brasil ”. UFRGS. PROPARG. CNPq. FAPERGS.Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://fernandofuao.blogspot.com/2012/10/o-que-e-o-protomodernismo.html>>. Acesso em 19 mai. 2021.

GNOATO, L. S. P. *et al.* **Proposta de Preservação da Arquitetura Moderna em Curitiba**. 5º Seminário Docomomo. Disponível em: <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/077R.pdf> >. Acesso em 19 mai. 2021.

KEY, I. J. **A arquitetura no Paraná: Uma construção metodológica para a História da Arte**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1982.

LEITE, J. C. C. **UTFPR: Uma história de cem anos**. 1. Ed. Curitiba: Editora UTFPR, 2010.

NAVOLAR, J. D. **Arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba**. 1. ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2011.

SUTIL, M. S. **A modernidade esquecida: O art déco em Curitiba**. *Revista UFG*, 12(8), 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48299>>. Acesso em 30 mai. 2021.

SUTIL, Marcelo Saldanha. **O espelho e a miragem: Ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século**. Dissertação de mestrado em História. Curitiba: UFPR, 1996.

WILHEIM, Jorge. Depoimento. In.: IPPUC. **Memórias da Curitiba Urbana**, vol. 5. Curitiba, 1990